



Plano de Adequação de Acessibilidade das Bibliotecas da UFJF

2025 - 2030

Centro de Difusão do Conhecimento (CDC)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
Centro de Difusão do Conhecimento (CDC)

Plano de adequação de acessibilidade das bibliotecas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Juiz de Fora
2025

EXPEDIENTE

Reitora

Girlene Alves

Vice-reitor

Telmo Ronzani

Pró-reitoria de Sistema de Dados e Avaliação (Prosdav)

Pró- reitor

Marcel de Toledo Vieira

Pró- reitora adjunta

Michèle Farage

Sistema de Bibliotecas da UFJF - SisBi-UFJF

Coordenadora

Uiara Soares

Gerente de Atendimento

Roberta Dannemann Neves



Como citar este documento:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Sistemas de Bibliotecas da Universidade de Juiz de Fora (SisBi-UFJF). **Plano de adequação de acessibilidade das bibliotecas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2025.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	5
2	CENTRO DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	6
3	PLANO DE ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS DA UFJF	7
3.1	Objetivos	7
3.2	Planejamentos e ações	8
3.2.1	Acessibilidade arquitetônica e estrutural	8
3.2.2	Acessibilidade comunicacional	9
3.2.3	Acessibilidade instrumental	10
3.2.4	Acessibilidade atitudinal	10
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	12

1 APRESENTAÇÃO

O Plano de adequação de acessibilidade das bibliotecas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) apresenta iniciativas que abrangem desde reformas físicas e tecnológicas até campanhas de conscientização e capacitações permanentes. O plano propõe, ainda, o uso de tecnologias assistivas, materiais em formatos acessíveis, atendimento em Libras e a valorização da diversidade como eixo central do atendimento ao público.

A partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, do Estatuto da Pessoa com Deficiência e das normas técnicas nacionais, como a NBR 9050, o plano visa transformar as bibliotecas da UFJF em espaços verdadeiramente inclusivos, acolhedores e acessíveis.

Os objetivos do plano envolvem a eliminação progressiva de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais e atitudinais, promovendo a autonomia dos usuários e fortalecendo a função social das bibliotecas. As ações estão organizadas em três fases:

- **Curto prazo (1 ano):** diagnóstico completo das condições atuais de acessibilidade;
- **Médio prazo (2 a 3 anos):** implementação de melhorias estruturais e serviços adaptados;
- **Longo prazo (4 a 5 anos):** consolidação de práticas sustentáveis de inclusão e formação contínua dos profissionais.

Com este plano, o CDC reafirma seu compromisso e apoio com uma educação pública, gratuita, de qualidade e acessível a todos, contribuindo para a construção de uma universidade mais justa, inclusiva e democrática.

2 CENTRO DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

O Centro de Difusão do Conhecimento (CDC) é o órgão responsável pela gestão das bibliotecas da UFJF. Atualmente funciona no espaço físico da Biblioteca Central (BC), sendo formado pelos seguintes setores: Direção, Direção adjunta, Conselho consultivo, Gerência de gestão de acervo, Gerência de gestão da informação digital, Gerência de atendimento e comunicação, Gerência de RH e infraestrutura e Secretaria. A BC, também conhecida por centralizar alguns processos do sistema de bibliotecas, é composta pelos seguintes subsectores: Processamento Técnico, Periódicos, Empréstimo, Restauro e Repositório Institucional. Esta é a principal biblioteca da instituição e oferece suporte para as bibliotecas setoriais. Devido a sua função e sua localização, alguns serviços são exclusivos da Biblioteca Central, tais como: empréstimo de *tablets* e *netbooks*, atendimento ao sistema de Comutação Bibliográfica, restauro, além de todas as questões que envolvem a administração das bibliotecas.

3 PLANO DE ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS DA UFJF

A acessibilidade nas bibliotecas universitárias é uma exigência ética, legal e pedagógica além de essencial para garantir o direito à informação e à educação de qualidade para todos os usuários, incluindo pessoas deficientes. A **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional, reconhece que a acessibilidade é condição essencial para a igualdade de oportunidades. No contexto educacional, o **Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)** reforça o papel das instituições públicas em promover ambientes inclusivos, eliminando barreiras de qualquer natureza. O **Decreto nº 9.034, de 2017** (BRASIL), estabelece a reserva de vagas específicas para pessoas com deficiência nas universidades federais. O Capítulo II do **Estatuto da Pessoa com Deficiência** (BRASIL, 2015) trata do “Acesso à Informação e à Comunicação”, tema que se relaciona diretamente com o contexto das bibliotecas universitárias, uma vez que essas instituições têm como função principal a disseminação e o fornecimento de acesso à informação.

A partir deste contexto, as instituições de ensino superior precisam se organizar e, se necessário, passar por processos de reestruturação a fim de acolher todos os estudantes — deficientes ou não —, assegurando autonomia no uso dos espaços institucionais e promovendo um processo de ensino e aprendizagem equitativo. Buscando implementar ações sistemáticas e contínuas para promover um ambiente verdadeiramente acessível e inclusivo, o Centro de Difusão do Conhecimento da Universidade Federal de Juiz de Fora propõe este Plano de Adequação de Acessibilidade das Bibliotecas.

3.1 Objetivos

Este Plano de adequação de acessibilidade das bibliotecas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) tem como objetivo nortear ações que garantam o acesso equitativo à informação e aos espaços das bibliotecas a todos os usuários. A partir destas ações, pretende-se promover a eliminação progressiva de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, programáticas, metodológicas e atitudinais nas bibliotecas da instituição, assegurando a autonomia e a inclusão. Para além, o plano

busca, ainda, fortalecer a função social das bibliotecas universitárias como espaços de acolhimento, cidadania e promoção da aprendizagem, por meio da implementação de políticas e práticas sustentáveis de acessibilidade no curto, médio e longo prazos.

- **Curto Prazo (1 ano):** Realizar uma avaliação detalhada da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e atitudinal nas bibliotecas da UFJF.
- **Médio Prazo (2-3 anos):** Implementar melhorias estruturais e adaptar os serviços para atender às necessidades dos usuários com deficiência.
- **Longo Prazo (4-5 anos):** Estabelecer práticas sustentáveis de inclusão e acessibilidade, promovendo a autonomia dos usuários e a formação contínua dos profissionais.

3.2 Planejamentos e ações

O conceito de Desenho Universal pressupõe que produtos, ambientes e serviços sejam projetados para serem utilizados pelo maior número possível de pessoas, independentemente de idade ou capacidade física. Nas bibliotecas, isso implica desde mobiliário acessível até interfaces digitais compatíveis com tecnologias assistivas.

3.2.1 Acessibilidade arquitetônica e estrutural

A acessibilidade arquitetônica e estrutural constitui o ponto de partida para garantir o livre acesso aos espaços físicos das bibliotecas. Ela abrange aspectos como a locomoção, o uso de mobiliário adequado, e a eliminação de barreiras físicas que dificultam ou impedem o trânsito autônomo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Para além da conformidade com a NBR 9050, os espaços devem ser acessíveis, seguros e acolhedores, onde todos possam circular, estudar e usufruir dos serviços com dignidade. Serão desenvolvidas as seguintes ações no âmbito da Acessibilidade arquitetônica e estrutural:

Curto prazo	Realizar avaliação física nas bibliotecas, identificando barreiras arquitetônicas de acordo com a NBR9050.
	Priorizar intervenções em áreas de maior circulação e uso intenso.
Médio Prazo	Adequar entradas, corredores, banheiros e sinalizações conforme a NBR 9050.
	Garantir espaços de leitura e estudo acessíveis, com mobiliário adequado.
Longo Prazo	Planejar e executar reformas estruturais para garantir total acessibilidade.
	Integrar tecnologias assistivas em todos os espaços físicos.

3.2.2 Acessibilidade comunicacional

A acessibilidade comunicacional refere-se à garantia de que todas as formas de comunicação, sejam elas visuais, sonoras, táteis ou digitais, possam ser compreendidas por todos os usuários, independentemente de suas limitações sensoriais ou cognitivas. Envolve desde a disponibilização de informações em formatos acessíveis até o atendimento em Libras e o uso de tecnologias de apoio à comunicação alternativa. Nesse sentido, a comunicação acessível é essencial para a participação plena nos espaços das bibliotecas. Serão desenvolvidas as seguintes ações no âmbito da Acessibilidade comunicacional:

Curto prazo	Desenvolver materiais informativos em formatos acessíveis (braille, áudio, digital).
	Capacitar a equipe para comunicação eficaz com usuários com deficiência.
Médio Prazo	Implementar sistemas de sinalização tátil e sonora nas bibliotecas.
	Criar canais de comunicação acessíveis, como atendimento por Libras.
Longo Prazo	Estabelecer parcerias com instituições especializadas para aprimorar a comunicação.
	Promover campanhas de sensibilização sobre a importância da comunicação inclusiva

3.2.3 Acessibilidade instrumental

A acessibilidade instrumental diz respeito à disponibilidade e ao uso de ferramentas, equipamentos e recursos tecnológicos que possibilitem o acesso igualitário à informação, especialmente por parte de pessoas deficientes. Isso inclui, por exemplo, softwares leitores de tela, ampliadores de caracteres, dispositivos de audiodescrição, teclados adaptados e outros recursos assistivos. O CDC entende que garantir esse tipo de acessibilidade é essencial para promover a autonomia informacional e o pleno exercício do direito à educação, e, por isso, prevê investimentos contínuos na atualização e expansão desses instrumentos em suas bibliotecas. Serão desenvolvidas as seguintes ações no âmbito da Acessibilidade instrumental:

Curto prazo	Disponibilizar softwares leitores de tela e ampliadores de texto nos computadores.
	Oferecer treinamento básico para usuários e funcionários sobre o uso dessas ferramentas.
Médio Prazo	Ampliar o acervo digital acessível, incluindo livros em formatos alternativos.
	Integrar tecnologias assistivas em todos os postos de atendimento.
Longo Prazo	Desenvolver plataformas digitais acessíveis para consulta e empréstimo de materiais.
	Estabelecer protocolos de acessibilidade para aquisição de novos recursos tecnológicos.

3.2.4 Acessibilidade atitudinal

Em relação a acessibilidade atitudinal que é um aspecto que se relaciona com as posturas, valores, preconceitos e formas de interação social que podem, muitas vezes, constituir barreiras mais difíceis de transpor do que as físicas. O CDC

comprometido com a promoção da equidade e da dignidade humana, reconhece seu papel na construção de uma cultura institucional verdadeiramente inclusiva, e assume a responsabilidade de fomentar práticas e relações pautadas no respeito, na empatia e na valorização da diversidade. Serão realizadas capacitações regulares para todos os funcionários das bibliotecas, abordando temas como inclusão, diversidade, direitos das pessoas com deficiência e atendimento humanizado. Também será elaborado e divulgado um Manual de boas práticas que explicita os princípios éticos esperados nas relações com os usuários, com ênfase na empatia, no respeito às diferenças e na não discriminação.

Com essas ações, o CDC reforça seu compromisso institucional com a inclusão plena e com o cumprimento de sua missão pública de oferecer apoio a uma educação de qualidade, acessível e socialmente justa.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017**. Altera o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Centro de Difusão do Conhecimento. **Diagnóstico das bibliotecas do Centro de Difusão do Conhecimento**. Juiz de Fora, 2018. Documento interno.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Plano de garantia de acessibilidade da UFJF: 2022–2027**. Juiz de Fora: UFJF, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proinfra/legislacao/plano-de-garantia-de-acessibilidade/>. Acesso em: 4 jun. 2025.